



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS  
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

<b>Processo nº</b>	18108.001345/2007-22
<b>Recurso nº</b>	Voluntário
<b>Acórdão nº</b>	<b>2302-01.682 – 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária</b>
<b>Sessão de</b>	13 de março de 2012
<b>Matéria</b>	Auto de Infração: Obrigações Acessórias em Geral
<b>Recorrente</b>	COOPERATIVA DE TRABALHO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA EMPRESARIAL
<b>Recorrida</b>	FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS**

Período de apuração: 01/01/2003 a 31/12/2005

Ementa:

**AUTO DE INFRAÇÃO**

A empresa deve lançar mensalmente em títulos próprios de sua contabilidade, de forma discriminada, os fatos geradores de todas as contribuições, o montante das quantias descontadas, as contribuições da empresa e os totais recolhidos. Art. 32, inciso II, da Lei n.º 8.212/91. A falta de registro contábil discriminado das contribuições previdenciárias descontadas dos segurados, acarreta lavratura de auto de infração.

**MULTA VALOR REAJUSTADO POR PORTARIA MINISTERIAL**

A aplicação das Portarias Ministeriais para reajustar o valor das multas impostas por infração à legislação previdenciária está respaldada por dispositivo legal, artigo 373, Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto n.º 3048/99.

Recurso Voluntário Negado

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.

Marco Andre Ramos Vieira - Presidente.

Relator Liege Lacroix Thomasi - Relatora.

EDITADO EM: 20/03/2012

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros:Marco Andre Ramos Vieira (Presidente), Arlindo da Costa e Silva, Liege Lacroix Thomasi, Eduardo Augusto Marcondes de Freitas, Manoel Coelho Arruda Junior, Adriana Sato

Ausência Momentânea: Eduardo Augusto Marcondes de Freitas

CÓPIA

## Relatório

Trata o presente de auto-de-infração, lavrado e cientificado ao sujeito passivo acima identificado, em 28/11/2007, em virtude do descumprimento o artigo 32, inciso II da Lei n.º 8.212/91 e artigo 225, inciso II e parágrafos 13 a 17, do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto n.º 3.048/99, por não ter lançado em títulos próprios de sua contabilidade as contribuições previdenciárias retidas dos segurados.

A multa punitiva foi aplicada de acordo com artigo 283, inciso II, letra “a”, do Regulamento da Previdência Social – RPS, e atualizada pela Portaria Ministerial n.º 142, de 11/04/2007.

O relatório fiscal da infração diz que a autuada não provisionou contabilmente em título próprio as contribuições retidas dos segurados, de forma a demonstrar as contribuições do INSS a recolher, resultantes das retenções efetuadas sobre os pagamentos.

Após a impugnação, Acórdão de fls. 93/97, julgou a autuação procedente.

Inconformado, o contribuinte apresentou recurso argüindo em síntese:

- a) que não foi caracterizada a infração porque houve o lançamento na contabilidade, mas de forma imprópria segundo o fisco;
- b) que possui as contas obrigatórios do plano de contas;
- c) que não há lei que obrigue a escrituração em plano de contas próprio;
- d) que as Normas Brasileiras de Contabilidade não exigem que as cooperativas apresentem plano de contas para a escrituração de valores destinados aos cofres públicos;
- e) que a multa deve ser aplicada de acordo com o artigo 175 do Regulamento da Previdência Social e não pela Portaria 142, alcançando o valor de R\$ 7.430,14.

Requer a nulidade do auto de infração, ou a redução da multa.

É o relatório.

## Voto

Conselheira Liege Lacroix Thomasi – Relatora

Cumprido o requisito de admissibilidade, frente à tempestividade, conheço do recurso e passo ao seu exame.

Trata o presente processo de auto de infração lavrado pelo descumprimento de obrigação acessória que vem definida na legislação.

É obrigação da empresa registrar de forma discriminada o montante das quantias descontadas dos segurados. O art. 32, inciso II da Lei n.º 8.212/91, traz que a empresa é obrigada a lançar mensalmente em títulos próprios de sua contabilidade, de forma discriminada, os fatos geradores de todas as contribuições, o montante das quantias descontadas, as contribuições da empresa e os totais recolhidos.

Esse ordenamento encontra respaldo, também, no art. 225, inc. II e §13, do Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Dec. nº 3.048/99, *verbis*:

*Art. 225. A empresa é também obrigada a:*

(...)

*II - lançar mensalmente em títulos próprios de sua contabilidade, de forma discriminada, os fatos geradores de todas as contribuições, o montante das quantias descontadas, as contribuições da empresa e os totais recolhidos;*

(...)

*§ 13. Os lançamentos de que trata o inciso II do caput, devidamente escriturados nos livros Diário e Razão, serão exigidos pela fiscalização após noventa dias contados da ocorrência dos fatos geradores das contribuições, devendo obrigatoriamente:*

*I – atender ao princípio contábil do regime de competência; e*

*II – registrar, em contas individualizadas, todos os fatos geradores de contribuições previdenciárias de forma a identificar, clara e precisamente, as rubricas integrantes e não integrantes do salário-de-contribuição, bem como as contribuições descontadas do segurado, as da empresa e os totais recolhidos, por estabelecimento da empresa, por obra de construção civil e por tomador de serviços.*

*§ 14. A empresa deverá manter à disposição da fiscalização os códigos ou abreviaturas que identifiquem as respectivas rubricas utilizadas na elaboração da folha de pagamento, bem como os utilizados na escrituração contábil.*

Na análise da contabilidade de uma empresa a auditoria fiscal verifica a obediência às formalidades intrínsecas e extrínsecas determinadas pela legislação comercial, fiscal e resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, que visam possibilitar que os usuários da contabilidade possam analisar a situação da empresa versando seus interesses e que a demonstração dos resultados seja correta para a apuração do tributos que forem previstos em lei. Os princípios contábeis que regem a contabilidade visam, justamente, que os demonstrativos reflitam a real situação da empresa no período analisado.

Em face dos comandos normativos acima transcritos e à vista dos fatos relatados no "Relatório Fiscal da Infração", revela-se procedente a autuação, uma vez que a fiscalização atesta que as retenções efetuadas nas remunerações dos segurados não foram provisionadas ou lançadas em título próprio, não havendo no plano de contas a conta relativa a INSS a recolher, o que dificulta a conferência dos valores efetivamente retidos dos segurados para ser confrontado com as folhas de pagamento e com os valores recolhidos.

Quanto à inconformidade da recorrente acerca do valor da multa constar de Portaria Ministerial, faço referência ao artigo 373 do Regulamento da Previdência Social que diz:

*"Art.373. Os valores expressos em moeda corrente referidos neste Regulamento, exceto aqueles referidos no artigo 288, são reajustados nas mesmas épocas e com os mesmos índices utilizados para o reajuste dos benefícios de prestação continuada da previdência social."*

Desta forma, a aplicação das Portarias Ministeriais para reajustar o valor das multas impostas por infração à legislação previdenciária está respaldada por dispositivo legal.

A multa punitiva foi aplicada nos estritos termos da legislação em obediência ao disposto pelos artigos 283, inciso I, e 373, ambos do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto n.º 3.048/99. O artigo 283, inciso I, especifica a multa a ser aplicada frente à conduta da autuada e o artigo 373, determina que os valores expressos em moeda corrente referidos no Regulamento serão reajustados nas mesmas épocas e nos mesmos índices utilizados para o reajuste dos benefícios de prestação continuada da previdência social.

Frente à disposição legal, a multa foi aplicada de acordo com os valores constantes da Portaria Ministerial nº. 142, de 11/04/2007, vigente à época da autuação e que reajustou o valor da multa prevista no artigo 283, do Regulamento da Previdência Social.

É totalmente inócua a referência feita pela recorrente ao artigo 175, do Regulamento da Previdência Social que trata do pagamento de parcelas relativo a benefício efetuado com atraso, não havendo qualquer relação com o reajuste da multa punitiva aplicada pelo descumprimento de obrigação acessória.

A aplicação de penalidade por descumprimento de obrigação acessória constante da Lei nº. 8.212/91, não foi enquinada de constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal, estando totalmente válida e devendo ser obedecida pela via administrativa, vez que está dentro dos pressupostos legais e constitucionais.

Pelo exposto,

Voto por negar provimento ao recurso.

Liege Lacroix Thomasi - Relatora

CÓPIA